

Cabral dá aprovação a apenas 65% das emendas

Josemar Gonçalves



A Comissão de Sistematização voltou a reclamar do Regimento Interno, que Cabral (C) considera uma «camisa-de-força»

Apenas 65% das 2.023 emendas apresentadas pelos constituintes ao projeto de Constituição foram aprovadas pelo relator da Comissão de Sistematização, deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM). No final da noite de ontem, Cabral entregou o seu parecer ao presidente da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães (PMDB-SP). Junto com esse parecer, Cabral entregou um relatório detalhado sobre os dez substitutivos do "Centrão", que por terem a maioria de 280 assinaturas de apoio não puderam ser rejeitadas.

O senador José Fogaça (PMDB-RS), que substituiu o relator na entrevista coletiva no final da tarde de ontem, disse que o parecer sobre cada emenda será detalhado, com explicações porque Cabral acolheu ou rejeitou. Hoje pela manhã, junto com o parecer, será publicada a listagem das emendas rejeitadas e acolhidas. No final da tarde, os assessores da relatoria ainda faziam a revisão final do texto do parecer. As 18h00, o texto foi remetido para o computador e, em seguida, para a gráfica do Senado.

Fogaça explicou que o atraso no término dos trabalhos do relator se deu por que 70% das emendas foram entregues no último dia pelos constituintes. Além disso,

umas delas tiveram o seu texto mudado, dentro do prazo regimental, na última hora. Assim, o relator e seus auxiliares tiveram que reavaliar seus pareceres.

Camisa-de-força

De acordo com o senador, o atual regimento interno da Constituinte, imposto pelo "Centrão", foi uma "camisa-de-força para o relator". Explicou que, pelo Regimento, ou Bernardo Cabral acolhia ou rejeitava as emendas, não havendo possibilidade de acolher parte do dispositivo. Assim, a maioria das emendas individuais ficou prejudicada, mesmo que 90% do seu texto fossem aproveitáveis. Isso não aconteceu com as chamadas emendas coletivas, como as do "Centrão", ou com aquelas que conseguiram obter mais de 280 assinaturas. Em ambas Bernardo Cabral teve que dar um parecer técnico favorável, embora com ressalvas.

Na parte das emendas do "Centrão", por exemplo, Bernardo Cabral teve que fazer um relatório à parte, especificando os pontos de que discorda, e recomenda aos constituintes que peçam destaques do texto para votação em separado, a fim de preservar o que está no projeto.

Richa admite não disputar mais eleições

São Paulo — Considerado um dos parlamentares mais atuantes e influentes do Congresso e da Assembleia Nacional Constituinte, o senador José Richa (PMDB-PR) confessou-se, ontem, decepcionado com a política e, ao negar, enfático, que seja candidato a Presidente da República, anunciou, surpreendentemente, que nem pretende mais disputar eleições. «Já dei a minha contribuição. Minha vontade agora é ir embora para casa», acentuou Richa.

«Como político», prosseguiu Richa, «fico envergonhado de ver o Presidente da República, diante das evidências das pesquisas, lutar por cinco anos». Ao participar do programa «Vamos sair da crise», da TV Gazeta, de São Paulo, o senador não escondeu sua decepção com o PMDB, partido que, segundo ele, está transformado, hoje, «naquilo que a Arena e o PDS já eram: um instrumento servil ao Governo».

Richa foi mais longe e, sempre numa linha de defesa veemente do parlamentarismo, previu, categoricamente: «Mantido o presidencialismo, do jeito que o PMDB está desgastado, provavelmente ele perderá as próximas eleições».

A possibilidade, no entanto, não o desespera. Richa adiantou que o próximo Presidente da República poderá não ser «necessariamente do PMDB. Não sou um político que acha que eu e o meu partido somos donos da verdade».

«Acho até», afirmou o senador, «que vai fazer bem ao PMDB perder uma eleição. Prefiro o PMDB coerente com suas pregações, perdendo a eleição para se reciclar depois, na oposição, do que o meu partido fazendo esse triste papel que vem fazendo agora, de subversivo a um Governo que não agrada à população e, conseqüentemente, trai os seus compromissos populares».

Por isso, o senador disse estar fazendo um esforço, como integrante do Grupo Histórico do partido, para que o PMDB retome suas origens, suas bandeiras, que resgate seus compromissos com a população. Ou reenquadrados o Governo no programa partidário, ou rompemos com o Governo», pregou o senador.

Cardoso Alves vê críticos como ingratos

Irritado com as críticas que o grupo vem recebendo do relator Bernardo Cabral, o deputado Roberto Cardoso Alves (PMDB-SP), avisou ontem que "o Centrão votará tudo como quiser no plenário da Constituinte, porque tem a maioria". E foi mais além, anunciando que não está gostando das críticas da minoria, principalmente porque identifica nela "a ingratidão de Cabral, que só permanece no cargo porque o Centrão resolveu homenageá-lo, contendo sua destituição".

Roberto Cardoso Alves anunciou ainda que exigirá do presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, numa reunião na segunda-feira, uma solução para o programa Diário da Constituinte, veiculado em todas as emissoras de rádio e televisão do País, duas vezes ao dia. Ele acha que lá só têm espaço os radicais de esquerda, a minoria, enquanto o Centrão não merece tratamento equivalente a sua maioria, já comprovada.

Ele também admitiu que poderá patrocinar com o Centrão uma nova reforma do Regimento Interno, de modo a acatar novas emendas ao texto do relator.

Roberto Cardoso Alves avisou que "não dará carona ao Governo numa reforma de regimento para antecipar a votação do mandato e do sistema de Governo".

Faccioni quer saber por que Ulysses não convoca ministros

O deputado pedessista Victor Faccioni dirigiu requerimento ontem ao presidente do Supremo Tribunal Federal, ministro Rafael Mayer, solicitando que essa Corte notifique o presidente da Câmara, Ulysses Guimarães, para que, no prazo de 24 horas, preste, em cartório, informações sobre o fato de não estar atendendo, "sistematicamente", requerimentos de convocação de ministros apresentados pelo parlamentar gaúcho.

Na fundamentação do requerimento, observa Faccioni: "Pode parecer para o requerente que a Mesa da Câmara dos Deputados, presidida por um parlamentar que também é presidente do partido do Governo, mantém-se em estreita convivência com os atos escabrosos praticados pelo Poder Executivo, evitando a vinda de seus ministros ao plenário".

Faccioni decidiu recorrer ao Supremo Tribunal Federal principalmente devido à falta de resposta a um requerimento de convocação, no plenário da Câmara, do ministro do Planejamento, Aníbal

Teixeira. O requerimento inicial foi apresentado no dia 27 de abril do ano passado e foi objeto de um "aditamento" formulado no dia 28 de setembro, no qual Faccioni pedia que Aníbal Teixeira comparecesse à Casa "para prestar esclarecimentos sobre a denúncia de corrupção na concessão de verbas públicas".

Levando em consideração que Aníbal Teixeira somente concretizará seu afastamento amanhã, Faccioni pretende, através da ação judicial, que o ministro seja convocado nas próximas horas, para falar diante dos deputados antes de deixar o cargo.

No requerimento ao STF, Faccioni assinala que, além da convocação de Aníbal Teixeira, deixaram de ser atendidos requerimentos seus para o comparecimento à Casa dos ex-ministros Bresser Pereira, da Fazenda; Deni Schwartz do Desenvolvimento Urbano; e dos ministros da Indústria e do Comércio, da Saúde, da Ciência e Tecnologia e do consultor-geral da República, Saulo Ramos.

Deputados pedem prazo maior

O presidente da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães, vai receber dos parlamentares que coordenam o movimento das bancadas do Norte, Nordeste e Centro-Oeste apelos para que prorogue o prazo para apresentação de destaques ao projeto de Constituição. Eles concluíram que os três dias, sábado, domingo e segunda-feira, são insuficientes para que consigam o número mínimo de 187 assinaturas nas emendas de interesse regional que pretendem destacar para votação em separado.

Para o plenário, o grupo montou uma ação semelhante à que o Centrão preparou para a aprovação do Regimento Interno. Uma comissão de mobilização ficará encarregada de garantir a presença dos constituintes no plenário, onde também estará em ação o que eles denominaram de "pivote", com a função de controlar os votos de cada constituinte nas matérias regionais.

Como o grupo reúne 292 constituintes, a ausência de 13 deles em



Albérico quer garantir quorum

qualquer uma das votações importantes poderá jogar por terra todo o trabalho feito até aqui. Por isso mesmo, os coordenadores Albérico Cordeiro (PFL-AM) e Mauro Benevides (PMDB-CE) fizeram uma longa exposição quanto à necessidade de se garantir as presenças em plenário nas votações essenciais.

Pedida preferência às iniciativas populares

As 112 emendas populares encaminhadas à Assembleia Nacional Constituinte no ano passado, poderão ter a preferência automática na hora de votação do projeto da nova Constituição brasileira. Para tanto, um projeto de resolução nesse sentido, do senador Pompeu de Souza (PMDB-DF), assegurando a preferência, terá que ser aprovado pelo plenário. A votação em plenário do projeto da nova Carta começará dia 27 próximo e, até lá, a proposta do senador precisará da assinatura de 93 parlamentares.

Entretanto, a iniciativa de Pompeu de Souza vai enfrentar um

obstáculo: o regimento interno da Constituinte alterado pelo Centrão, que confere apenas às emendas coletivas, com 280 ou mais assinaturas, a preferência sobre as demais na hora da votação. Pompeu de Souza já conseguiu o apoio dos senadores Mário Covas e Fernando Henrique Cardoso.

Algumas emendas populares conseguiram muito mais do que as 30 mil assinaturas de eleitores, mínimo necessário para que fosse encaminhadas à Constituinte. Entre elas a da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, com 700 mil, sobre o direito à educação.

PFL apoiará sessões extras

O líder da Frente Liberal no Senado, Carlos Chiarelli, disse ontem que seu partido vai apoiar a pretensão do presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, que quer convocar sessões aos sábados e domingos para apressar a elaboração da nova Constituição. Chiarelli, porém, mostrou-se cético a respeito do assunto: «temos tido dificuldade de obter quorum para votações durante a semana e a minha impressão é de que isso será ainda mais difícil aos sábados e domingos».

O líder pefelista disse que vai ponderar ao presidente Ulysses

Relator acata as propostas para Educação

Além das emendas substitutivas do Centrão e das que tratam do mandato do presidente Sarney e do sistema de governo, outras 13 emendas coletivas alcançaram o número mínimo de 280 assinaturas e tiveram o parecer favorável do relator Bernardo Cabral. A maioria delas altera dispositivos no capítulo referente à educação.

O deputado Victor Faccioni (PDS-RS) conseguiu assinaturas da maioria dos constituintes para duas emendas de sua autoria. Na primeira, ele altera o título relativo à tributação, garantindo às entidades de previdência privada imunidade tributária, que o parlamentar estende aos partidos políticos e às instituições de educação e assistência social. Faccioni coordenou ainda um movimento para que as bolsas de estudo tivessem recursos públicos assegurados. Para obter as assinaturas para estas emendas, o deputado levou suas propostas aos três grupos que trabalhavam em cima do texto constitucional — o Centrão, o Grupo dos 32 e o Grupo do Entendimento. Tornou-se portanto uma emenda consensual.

Não-intervenção

As demais emendas sobre a educação, apresentadas pelos deputados Ronaro Correa (PFL-MG), Bezerra Mello (PMDB-SE), Cleonânio Fonseca (PFL-RJ) e Fábio Raunhetti (PTB-RJ), versam sobre a não-intervenção do Estado nas escolas privadas. Para isto, eles incluem, após cada dispositivo que permite intervenção estatal, o conceito público, limitando as ações do Estado.

Como a Comissão de Sistematização só incluiu no projeto de Constituição a criação do novo Estado de Tocantins, os constituintes mineiros interessados na criação do Estado do Triângulo elaboraram uma emenda coletiva que coloca, no mesmo texto, a criação dos dois estados. Com isso, Homero Santos, Chico Humberto, Virgílio Galassi, Rosa Prata e Roberto Vital conseguiram assegurar 280 assinaturas e o parecer positivo do relator para o Estado do Triângulo.

Max apóia

A proposta de que a Constituinte antecipe a votação do sistema de governo e a duração do mandato presidencial tem o apoio do governador Max Freitas Mauro. Ele disse que não solicitará à bancada federal do Estado que apoie a tese, mas antecipou que se for consultado sobre o assunto emitirá sua opinião favorável à antecipação da votação dos dois temas por considerar que a partir daí os trabalhos da Constituinte se desenrolarão com maior rapidez.

Pela fauna

A Câmara dos Deputados vota hoje projeto de lei de autoria do ex-senador José Fragelli, já aprovado no Senado, que proíbe a exportação de peles e couros de anfíbios e répteis, em bruto, e também tê-los em depósito, transportá-los ou comercializá-los no território nacional. A violação deste artigo e seus parágrafos é considerada crime punível com a pena de reclusão de um a três anos. Será punido também quem provocar, pelo uso direto ou indireto de agrotóxicos ou outra substância química, a morte de peixes.

Relatório orientará o voto

No relatório informal que fez sobre os 10 substitutivos do "Centrão" com mais de 280 assinaturas, o relator da Comissão de Sistematização orienta os constituintes para a votação no plenário. Esse relatório não tem valor regimental, mas nele Bernardo Cabral diz por que determinadas partes do texto do grupo conservador, na sua opinião pessoal, não devem ser acolhidas.

«Será um roteiro para os constituintes», nas palavras do senador José Fogaça (PMDB-RS), um dos relatores auxiliares. Nesse roteiro, o relator sugere que capítulos inteiros, seções, artigos e

parágrafos, sejam suprimidos dos capítulos dos substitutivos do "Centrão", através de pedidos de destaque em separado. Assim, aprovado um título, o constituinte pode destacar uma parte desse texto, desde que consiga 187 apoiantes através de assinaturas.

O senador Fogaça insistiu que não será um parecer paralelo, já que as emendas do "Centrão" receberão parecer formal favorável. Nesse relatório, Cabral pede que os constituintes rejeitem os capítulos das emendas do "Centrão". Na ordem econômica, direitos sociais, saúde, reforma agrária e tributação.

Aceitas, só as coletivas

Os constituintes que apresentaram emendas individuais saíram perdendo no parecer do relator. Todas as emendas rejeitadas são de iniciativa de cada parlamentar e não coletivas. Estas, por terem a maioria absoluta de adesões não puderam ser rejeitadas por Bernardo Cabral. Isso, porque o regimento é muito rígido e não permite ao relator apresentar um novo projeto.

O regimento, alterado pela maioria parlamentar do Centrão, estabelece que a emenda tem que ser acolhida ou rejeitada integralmente pelo relator, não podendo haver aproveitamento de nenhuma

parte do texto, o que implicaria em um substitutivo. Portanto, em uma intervenção do relator. Assim, a luta de vários constituintes que apoiaram o Centrão com a esperança de apresentarem novas emendas, acabou inócua, de acordo com o senador José Fogaça.

Para mudar esse quadro, cada constituinte terá que pedir destaque para a sua emenda rejeitada (cada um terá direito a seis pedidos) e ainda obter o apoio de 280 constituintes no plenário, o que será muito difícil acontecer, já que todos vão querer destacar suas emendas. O prazo para destaques começa no sábado.

Presidencialismo será votado sem problemas

O relator Bernardo Cabral conseguiu resolver ontem, os problemas técnicos que envolviam a emenda coletiva presidencialista, que poderá ser votada sem risco de incompatibilidade com o capítulo do projeto referente ao poder Legislativo. A solução articulada por Ulysses e aceita por Cabral foi acoplar à emenda presidencialista uma outra emenda, do deputado Maurílio Ferreira Lima (PMDB-PE), que faz as alterações necessárias no capítulo do Legislativo, de forma a "presidencializá-lo".

A articulação para resolver o problema da emenda quando — que, por não abranger o capítulo do Legislativo, estava sendo considerada tecnicamente inviável pelo relator — foi iniciada por Ulysses

na noite de terça-feira. Preocupado com a polarização do plenário entre presidencialismo e parlamentarismo e a necessidade de existirem alternativas viáveis de votação para os dois regimes, o presidente da Constituinte, convocou Ferreira Lima e pediu-lhe uma cópia de sua emenda, procurando em seguida Bernardo Cabral.

Ontem de manhã, Ulysses organizou encontro entre Maurílio, Bernardo Cabral, o adjunto José Fogaça e um dos autores da emenda, o senador Humberto Lucena, quando ficou acertado que as emendas Maurílio e Lucena serão acopladas para serem votadas juntas. Segundo Ferreira Lima, Cabral concordou e chegou a dizer que esta é a solução política viável para salvar a emenda.

De: Sindicato de Hotéis, Restaurantes, Bares e Similares de Brasília
Para: Ilm? Sr. Dr. João Dória Júnior
DD. Presidente da Empresa Brasileira de Turismo - Embratur

Sr. Presidente,

Na qualidade de presidente do Sindicato de Hotéis, Restaurantes, Bares e Similares de Brasília, venho em nome da classe hoteleira, manifestar nosso inconformismo, colocação feita V.Exa. entrevista TV, últimos dias, denegrindo imagem hoteleira da Capital Brasileira.

Ao contrário informação V.Exa. hoteleira de Brasília, dentro classificação, oferece bons serviços, comparáveis padrões principais capitais do País e até em nível superior.

Outrossim, nossa rede hoteleira, está sempre preocupada em melhorar cada vez mais os padrões de atendimento, introduzindo melhorias e aperfeiçoando os serviços e condições de atendimento, com treinamento de pessoal, além de buscar profissionais treinados em outras praças.

Há que se considerar que as diárias em Brasília são inferiores aos de outros hotéis de igual padrão aos dos nossos em cerca de 50 por cento, como por exemplo, um hotel de duas estrelas no Maranhão, sem restaurante, opera com diárias superiores às diárias dos hotéis de três estrelas de Brasília.

Ninguém melhor do que V.Exa. sabe que a Embratur e o GDF/DETUR não têm, até a presente data, divulgado Brasília no exterior, (Patrimônio Cultural da Humanidade), o que entretanto, é feito com outras capitais.

Não é justo, pois, que V.Exa. inclua os hotéis de Brasília entre aqueles que estão exagerando o aumento de diárias, segundo o entendimento demonstrado em sua entrevista.

A crítica não constrói, principalmente quando infundada ou maliciosamente lançada. Seria mais sensato que a Embratur tivesse algum projeto para divulgar Brasília internacionalmente, (vãos internacionais), e em lugar de procurar desmerecer aqueles que acreditam na Capital da República, que foram capazes de construir alguma coisa, porque acreditaram e continuam acreditando no futuro do Brasil.

Temos consciência que a imagem da hoteleira descrita por Vossa Excelência não condiz com a nossa realidade. Somos hoteleiros dignos e integrados no mais lídimo sentimento de patriotismo, prontos para fazer sacrifícios mas, também, dispostos a lutar a todo custo, pelos nossos direitos, pela nossa dignidade e principalmente, pela verdade, sempre dispostos a repudiar qualquer infâmia lançada contra a classe hoteleira brasileira.

Sr. Presidente, só temos a lamentar a infelicidade com que V.Exa. procurou denegrir a nossa imagem através da entrevista.

Antônio Pereira Barboza
Presidente